



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 70ª
(SEPTUAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 26 DE AGOSTO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito à assessoria dos Deputados que faça uma conferência com S.Exas., pedindo que venham ao plenário, porque na tarde de hoje nós temos muitos projetos para serem aprovados. Se houver *quorum*, nós os apreciaremos. Há muitas matérias, inclusive matérias de pagamento de pessoal.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 163, de 03/09/2010, juntamente com a ata sucinta da 70ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 69ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais Deputados presentes nesta Casa no dia de hoje — a maioria dos assíduos, daqueles que marcam presença —, eu gostaria de chamar a atenção desta Casa fazendo esta questão de ordem, e amanhã farei isso pessoalmente com o Governador Rogério Rosso — estarei com S.Exa. — para falar da questão da segurança e da reclamação, pois Brasília inteira está questionando.

Quando se fala que jornais publicaram que há metade da instituição Polícia Militar nas ruas e a outra metade em repartições, em um efetivo de 14 mil, recorde-me de que esse número é antigo. Mas, com todo o respeito àqueles que fazem levantamento, publicam e divulgam, esse número não é verdadeiro. Dos 14 mil que existem na Polícia Militar, dizem que 7 mil estão na rua e os outros 7 mil estão em repartições. Não confere com a verdade, e o Deputado Milton Barbosa é pleno conhecedor do que estou falando.

Uma vez fizemos um levantamento, por meio do programa Barra Pesada, de quantos policiais, de um efetivo de 14 mil, havia nas ruas. Por mais que nós quiséssemos atingir o número de 400 policiais nas ruas, não conseguimos. Então, nós sabemos que o número de policiais que estão nas ruas é infinitamente inferior àquele que é divulgado. Infinitamente inferior. Portanto, Brasília precisa e as instituições precisam...

Estou falando aqui, e os Deputados podem tomar ciência, as autoridades de comunicação da Polícia Civil, da Polícia Militar e de todos os órgãos de segurança pública. Com todo o respeito, hoje mesmo eu, o Deputado Milton Barbosa e o Deputado Chico Leite tivemos notícia de que o marido de uma das assessoras do Deputado Benedito Domingos foi esfaqueado e morto dentro de casa por assaltantes.

Então, os assaltantes estão em todo canto. Nós estamos assistindo aos aproveitadores deste momento político dizerem na televisão que está faltando segurança e mostrarem as grades do Itapoã. Isso é tão antigo – você vai a Ceilândia e vê grade, você vai a Samambaia e vê grade, você vai a Brazlândia e vê grade. Então, isso não é novidade, isso existe em todo o Distrito Federal. Portanto, precisa-se de uma ação rápida na área de Segurança, demonstrando que aqui tem Polícia Militar. É a melhor Polícia Militar do País, é a melhor instituição de Polícia Civil do País. Agora, é preciso colocar comandante que vá às ruas, que determine, que chame todos os policiais que estão fora, inserindo-os no trabalho, que mude a escala, que veja alguma coisa, que veja uma outra forma. É necessário que saiam, de uma maneira geral, de seus gabinetes e vão às ruas, porque nós estamos precisando de segurança.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Sr. Presidente, solicito conferência de *quorum*, caso seja possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Geraldo Naves, eu estranho, apesar de respeitar as autoridades constituídas – o Deputado Chico Leite pertence ao Ministério Público —, se o Estado oferecesse segurança a tal ponto que anoitecêssemos e amanhecêssemos com portas abertas, seria bom.

Mas o Ministério Público está em cima dos administradores regionais para que retirem as grades que cercam e, de uma forma ou de outra, dão segurança aos moradores que ocupam os prédios. Aprovamos aqui uma lei, os PDLs de várias cidades previram um estudo especial nesse sentido. Está havendo uma pressão do Ministério Público para que os administradores arranquem as cercas.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Inclusive, aproveitando essa deixa de V.Exa., um amigo está trazendo para mim uma ordem de demolição das grades do Cruzeiro Velho, ou seja, estão querendo derrubar as grades do Cruzeiro Velho. Essas grades estão ali há quantos anos? Dizem que vão derrubar! Já estão com a ordem para ir lá derrubar. Então, a pergunta é: “Se o cidadão não tem segurança, ainda vão derrubar as grades? Por quê?” O problema foi muito bem exposto por V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu amigo e companheiro Deputado Geraldo Naves antecipou aqui essa notícia um tanto quanto desagradável, só que o fato não aconteceu com o esposo da servidora, mas com o cunhado dela, irmão do seu esposo, de manhã, às 8h, num condomínio quando ele chegava de sua caminhada. A esposa havia levado as crianças ao colégio, quando o assaltante invadiu a sua residência. Não sei se ele tentou se defender, mas foi assassinado dentro da própria casa, com 4 facadas. Isso nos traz muita tristeza! A Marisa Amaral, que é minha assessora, trabalhou comigo na Câmara dos Deputados e hoje trabalha aqui no plenário conosco. A família está enlutada. Nós queremos aqui, creio até que posso falar em nome dos companheiros da Casa, oferecer as condolências aos familiares por esse trágico acontecimento, que enlutou uma família.

Sr. Presidente, nós comentávamos aqui e eu tenho convicção de que o policiamento é essencial, é necessário para nos trazer a segurança que nós esperamos que o Estado nos dê. Contudo, se não tivermos a coragem — a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional — de alterar o Código Penal Brasileiro, não vamos ter tranquilidade. Há pouco, a imprensa noticiou que aquele caseiro que assassinou covardemente uma moça e a enterrou no próprio jardim da casa, condenado a 61 anos de prisão, já está em liberdade ou ficará em liberdade condicional 6 ou 7 anos depois.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Ora, então para quê? Cumpre-se a lei para arquivar processo. A pessoa condenada a 200 anos cumpre, no máximo, 30 anos de prisão, que é o que prevê a nossa Constituição. No entanto, de repente, com 5 ou 6 anos, já está na rua. Para a pessoa que tem má índole, que não tem temor a Deus, que não tem princípios, praticar crimes hoje se torna uma banalidade, porque não há a punição necessária.

Nós defendemos, quando Deputado Federal — está em tramitação, não sei se arquivado ou não —, a Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993, em que nós solicitamos a redução da idade para imputação penal, o artigo 228, para 16 anos. Por quê? Não para que se mate ou prenda o menor, mas para que ele possa ser responsabilizado e cumpra a pena em prisão especial. Com a atenuante, aquele menor de 18 e maior de 16 anos cumpriria apenas um terço da pena a que ele foi condenado, deixando de ser infrator para ser criminoso. Agora, há outras coisas mais.

Então, Sr. Presidente, essas coisas trazem insegurança à Capital da República e ao Brasil inteiro porque hoje a polícia, às vezes, prende, mas daí a uma semana ou no mesmo dia, já estão soltos para praticar outros delitos. Enquanto não tivermos uma lei mais severa, mais rígida, acho que dificilmente iremos controlar a situação.

Encerrando, Sr. Presidente, para ouvirmos o nosso nobre e ilustre membro desta Casa Deputado Chico Leite, membro do Ministério Público, defensor da lei, quero só dizer que hoje, infelizmente, a maioria da imprensa vive de sensacionalismo, aquilo que se provoca, mas muitas vezes sem ter o cuidado de, quando porventura for corrigido o erro, dar destaque à correção. Não fazem assim.

Eu fui duramente citado e criticado pela televisão e pelos jornais por ter votado o PDOT. Nada de mais. Eu acho que todos os companheiros votaram com sua consciência e com sua liberdade de votar. Se eu estivesse aqui, também teria votado. Tranquilamente, teria votado. Só que eu não estava aqui, mas na Administração Regional de Taguatinga, conforme atesta o próprio ato da Mesa. No dia em que ele foi votado, eu ainda estava na Administração Regional de Taguatinga, no entanto o jornal coloca lá uma resposta em um rodapezinho que, para ler, é necessária uma lupa. Essa desigualdade de tratamento, quando é para ferir, para machucar, para prejudicar, para atingir a honra, a dignidade, eles dão um destaque colossal, colocam na primeira página, em letras garrafais. Quando se verifica que houve engano, corrige-se com umas letrinhas tão pequenininhas, no rodapé de uma página, que é necessária uma lupa para ler o que eles escreveram. Essa é a realidade que estamos vivendo, infelizmente.

Eu, por exemplo, tenho sido acusado de uma inverdade muito grande. Prova disso é que a Polícia Federal, que examinou o inquérito — o Inquérito 650 —, nunca me chamou para nada. Não o fez porque nada encontrou. Há relatório e nada foi encontrado contra a minha pessoa. No entanto, agora entraram com uma cautelar, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

o juiz, em um prazo recorde, de poucas horas, o processo rodou tanto, que já no final da tarde havia uma decisão tomada, e a imprensa toda a noticiou. Só 3 dias depois que a imprensa noticiou é que o oficial de justiça foi me citar, para eu poder me defender. Essas coisas são difíceis! Mas vamos provar que essas acusações são infundadas.

Não tenho receio, não tenho medo, não sou ladrão, não sou um corrupto, tenho uma vida, tenho 52 anos de Brasília e já ocupei vários cargos, como os de deputado federal, vice-governador, secretário de estado, administrador regional e presidente de associações comerciais, por diversos mandatos. Tenho uma vida de dignidade e trabalho. Todo o patrimônio que possuo é declarado no meu imposto de renda. Não tenho nada a esconder. Tudo foi adquirido com suor e trabalho.

Se estão com medo de eu vender alguma coisa, quero dizer que não vou vender nem uma galinha. Não precisam ter medo. Mas é o sensacionalismo, a vontade de atingir a honra, a dignidade e a moral das pessoas. Depois, para respondermos, não temos espaço. A questão está na mão do juiz, e vou provar as mentiras, as inverdades, para que eu possa, então, andar de cabeça erguida. Hoje ando envergonhado, humilhado, pelas ruas da cidade, por acusações sem provas e sem direito de defesa. Isso é que é o pior.

Sr. Presidente, são essas as minhas palavras, as minhas considerações. E mais uma vez, as minhas condolências à família Marisa Amaral, pelo assassinato.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Registro a presença dos Deputados Alírio Neto — que se ausentou no momento, mas retornará —, Paulo Tadeu, Milton Barbosa, Benedito Domingos, Reguffe, Chico Leite, Geraldo Naves e Rôney Nemer. Registro também a presença do Presidente do PDT Regional do Distrito Federal, Dr. Ezequiel, a quem o Deputado Reguffe deve explicações e obediência, pois é seu chefe.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu nem ia me pronunciar, mas antes que V.Exa. determine ao nobre Secretário, Deputado Milton Barbosa, a contagem do *quorum*, quero fazer rápidas referências às menções expressadas pelo nobre Deputado Geraldo Naves, por V.Exa., pelo nobre Deputado Benedito Domingos, congratulando-me também com a presença do Deputado Ezequiel. Seja bem-vindo a esta Casa! V.Exa. ainda estará aqui, definitivamente, ocupando uma dessas cadeiras, se Deus quiser.

Sr. Presidente, primeiro, com relação especificamente ao caso das grades, fui um dos defensores. Fiz o debate, levei adiante, aqui trabalhei sobre a lei, aqui aprovamos – aí, sim – uma lei de iniciativa do Poder Executivo. Aprovamos na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

conformidade do ordenamento jurídico. O problema é que aquela lei que foi sancionada pelo Governador, no passado, era de autoria de um Parlamentar. Havia inequívoco vício de iniciativa. Por isso, caiu no Superior Tribunal de Justiça.

Não há nenhum problema com relação às grades, porque o Cruzeiro, quando tombado, não o foi do ponto de vista estético. Há essa diferença. Hoje fazemos o debate quanto ao Cruzeiro Novo. Refiro-me ao Cruzeiro Novo. O Cruzeiro Velho é um outro debate que teremos de fazer aqui, urgentemente. Parece-me que já existe um projeto do Poder Executivo a caminho ou que já chegou a esta Casa. Até perguntei aos líderes do movimento, a Sra. Deuseni, ao Sr. Gervásio, para que façamos um grande debate sobre as áreas do Cruzeiro Velho, de maneira que contemporizemos direitos, para não atropelarmos a cidade em sua realidade.

Não sou um daqueles favoráveis ao engessamento, à cidade irreal, abstrata, longe do ser humano. Mas não podemos deixar que se ocupem, desordenadamente, os espaços públicos, que são de todos, que não podem ser particularizados. Esse é o debate a respeito, especificamente, do Cruzeiro.

A minha impressão, Deputado Geraldo Naves – permita-me –, é que o Poder Executivo não tem cumprido a sua tarefa. Não cumpre. Seja a sua tarefa de polícia, seja a sua tarefa como fiscal, controlador da ocupação dos espaços urbanos. Aqui e ali, há mais aos amigos do rei que àqueles desconhecidos ou àqueles mais distantes. Então, tenho eu a impressão de que o Poder Executivo é que tem uma imensa falha. E aí, acaba obrigando os entes persecutórios, que é o caso do Ministério Público, que é o caso do Poder Judiciário, que é o caso da própria Polícia, dos órgãos de fiscalização, a atuar. A minha impressão é de que, se o Poder Executivo atuasse com a sua responsabilidade, com a sua competência constitucional e legal, teríamos menos problemas. Esse é o primeiro tema.

O outro é com relação ao nosso sistema penal, Deputado Benedito Domingos e Deputado Geraldo Naves. No tangente a esse criminoso a que V.Exa. se referiu, Deputado Benedito Domingos, preciso dizer que há um equívoco de interpretação legal – estou até elaborando um artigo acerca do tema. Com a nova lei dos crimes antigamente chamados crimes contra os costumes e, hoje, modernamente e corretamente, chamados crimes contra a dignidade sexual, houve uma comutação, por assim dizer, dos tipos penais relativos ao atentado violento ao pudor e ao estupro. Essas comutações fizeram com que a lei retroagisse, lamentavelmente, para beneficiar os agentes, na interpretação de alguns ilustres juristas, inclusive de alguns ilustres juízes de tribunais superiores.

Isso é lamentável, porque a tese da lei – e a lei não pode servir exatamente para o contrário do que ela se destina – é que o tratamento seja rigoroso com os crimes contra a dignidade sexual. Nesse caso, há um equívoco que será combatido, e será certamente interpretado corretamente, na linha da visão legal, pela Suprema Corte. E aí, consertaremos esse problema.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Agora, a minha impressão é de que não se consegue combater, Deputado Geraldo Naves, o crime apenas com a pena. Combater o crime com a pena é como combater um problema dentário apenas com anestesia, é como combater os problemas de uma árvore apenas cortando os galhos. A dor vai voltar. Os galhos vão voltar a crescer.

É preciso que possamos combater na raiz, seja do ponto de vista cultural, seja do ponto de vista econômico. Fala-se muito em redução da maioria penal, mas ninguém imaginou, como Hainá Frank, ainda no primeiro decênio do século XX na Alemanha, que não é possível que cobremos pelo erro, a quem antes não se deu a chance de acertar. Todos devemos fazer essa reflexão. É importante que façamos. Não é que deixemos aqueles que possam causar mal a outrem sem a punição, mas precisamos fazer uma reflexão sobre o que é punição, de vez, Deputado Benedito Domingos, que pena não é vendeta, não é vingança. A pena precisa ultrapassar o fim aflitivo, ela precisa prevenir outros crimes. Porque uma vida, por exemplo, Deputado Benedito Domingos, não há pena que a traga de volta.

Agora, eu preciso acrescentar a isso, ainda me referindo, só para completar...

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO LEITE – É sempre um prazer.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – V.Exa. afirma dentro da filosofia dos grandes juristas, que não estão bem distantes da realidade do dia a dia do Brasil. Primeiramente, o seguinte: está provado que muitos que pegam essa liberdade condicional praticam outros crimes. Então, eu quero dizer que aquela redução de pena não o educou e não lhe trouxe nenhuma condição porque ele não sofreu nada! Enquanto lá na penitenciária há uma nutricionista – um dia é carne de frango, carne de porco, outro dia é bife, outro dia é isso, tratando-os com o que há do bom e do melhor –, lá fora a barra está pesada.

Eu quero só dizer uma coisa a V.Exa: há um conceito na nossa lei penal de que o crime maior absorve o menor. Hoje, portar arma é crime inafiançável, concorda? Agora, o cidadão quando mata, portando uma arma da qual não tinha porte, como o crime do assassinato é maior, ele vai responder em liberdade o crime praticado. Tem de haver uma lei para separar, porque ele tinha de ser punido pelo porte de arma e ser preso e depois responder pelo outro crime. Agora, como o maior absorve o menor, quer dizer que ele vai responder por homicídio e não responder pelo porte de armas. Se ele não tivesse armado, ele não teria cometido o homicídio. Então, o crime por porte de arma tinha de ser levado em primeiro plano, para jogar em segundo o outro. A lei hoje é unificar. Cria-se um mecanismo em que é mais fácil matar do que conduzir uma arma.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADO CHICO LEITE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – V.Exa. está se referindo ao caseiro Bernardino dos Santos.

DEPUTADO CHICO LEITE – Foi a referência feita pelo Deputado Benedito Domingos e eu estou separando os casos. Um dos casos é aquele, o outro é o debate dos temas.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Exato. Mas existe uma questão que é a seguinte: V.Exa. como advogado, como procurador, como conhecedor de todas as leis, a gente só questiona: hoje está muito difícil falar em debater a situação. O Deputado Benedito Domingos até citou ali agora a questão da resposta que os jornais trazem, fininho, lá em baixo e tal. Há um crime bárbaro no Brasil, e eu não vou nem falar desse caso do Bernardino dos Santos, porque foi uma barbárie, o rapaz é um monstro. Quando se diz que esse rapaz está sendo colocado em liberdade, a gente fica questionando se vale a pena prender um assassino ou não.

DEPUTADO CHICO LEITE – O Supremo, certamente, corrigirá.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Tomara, tomara. Mas há outra.

DEPUTADO CHICO LEITE – É um equívoco de interpretação, Deputado Geraldo.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Mas há outra que está pesando muito, e eu fico muito preocupado. Há uma inversão no Direito que, às vezes, provoca danos, como provocou em minha vida: a inversão do ônus da prova.

V.Exa., como advogado e detentor da OAB, tudo certinho, sabe muito bem do que eu estou falando. A inversão do ônus da prova vem provocando danos e danos, porque até então a imprensa julga uma fofoca, uma mentira como verdadeira e corre aquele atrás, que não tem nada a ver, para tentar provar o que não tem que provar, o que não existe. Então, existe uma questão que a gente fica perguntando: até que ponto o peso de uma mentira ou de duas mentiras prevalece como verdade? Como você prova uma coisa que não existe? Cabe ao acusador provar aquilo que ele está falando, e não à vítima.

Essas questões, nós precisamos levar em consideração e debater, porque se publica, como publicaram sobre V.Exa., sobre seu assessor que foi exonerado por V.Exa. V.Exa. não tinha nenhum conhecimento, mas até então a imprensa divulgou que V.Exa. tinha conhecimento. Mas aí, como V.Exa. vai provar que não tinha conhecimento? Quem tem de provar que V.Exa. tinha conhecimento é quem o acusou. Então, esse fato na imprensa está nítido. Ela acusa, joga aquela lama em cima de uma pessoa, e depois? Fica por isso mesmo? Acabou?

São questões que a gente vai sempre lembrar. Eu opto, hoje em dia, mais pelo silêncio, por assistir, por ver. Opto mais pelo silêncio, porque é muito fácil falar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

E chega em momento político, como o que estamos vivendo hoje. É muito fácil jogar lama nas pessoas, porque sai na imprensa, joga no horário político, e daí? E se aquilo não existe, e se aquilo é mentira? Como vai provar?

Então, com todo o respeito àqueles que publicam, àqueles que escrevem, aos detentores do Direito: é muito fácil carimbar alguém – como a Deputada Jaqueline Roriz, que foi carimbada recentemente –, o jornal vem, gente! É muito fácil publicar uma mentira! É muito fácil, porque ela vem estampada no jornal, na capa. Agora, se dão o direito de resposta, ele vem lá embaixo, no rodapé, com aquelas letras de máquina de escrever, que vai lá embaixo e some.

Hoje eu estou fazendo sabe o quê, Deputado Chico Leite? Eu estou fazendo muita oração para os jornalistas, para eles não receberem o castigo que eles estão pregando na gente, entendeu? Eles têm que receber de Deus lá em cima, porque eles vão receber um castigo lá de cima que eu fico até com dó. Vai escrever, vai ter LER, vai ter aquelas coisas. Porque não adianta, o que você vai falar com eles? Você os trata bem e eles descem a lenha em você, você os trata mal e eles descem a lenha em você. Tem-se que ignorar.

Então, eu desejo é felicidade a todos os jornalistas. Acompanhem toda a eleição, mas não joguem lama nos outros, não. Deixem o negócio passar.

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu só queria separar, Deputado Geraldo Naves. Há um grande debate que se precisa fazer sobre os meios de comunicação do país, seus limites, suas responsabilidades – esse debate, nós não podemos fugir dele – e o ordenamento jurídico. São duas coisas diferentes. A precipitação do julgamento feito pela mídia deve provocar em nós a busca da responsabilidade na forma da Lei de Imprensa, isso que nós temos que tentar, na forma do nosso sistema penal, do nosso sistema civil. Eu queria separar uma coisa da outra.

Mas eu queria continuar a dizer o seguinte, Deputado Benedito Domingos: o grave problema não é de lei, mas de aplicador ou aplicadora. Nas hipóteses de interpretação que V.Exa. citou, nós temos claramente equívocos de interpretação. Eu lutei a favor do desarmamento neste país, porque para mim só pode ter arma neste país ou quem é policial ou quem é bandido. Bandido tem que ser preso e policial tem que trabalhar. Para ninguém mais, a não ser o esportista, evidentemente. Porque arma é para matar. Perdemos aquela luta. Acho que os dois são crimes graves. Agora, a interpretação que é dada às vezes é extremamente liberal, equivocada, mas não é única.

Mas o que eu quero dizer de central é que nós precisamos fazer uma grande reflexão neste país. Se tratarmos como rato esse preso, ele volta à sociedade como rato, não há jeito. Não há milagres, ele volta como rato. Aliás, ele volta como rato inclinado a vendeta, o que é pior. Então, nós temos que fazer uma grande reflexão sobre isto: como tratamos de resgatar esse ser humano para a sociedade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Eu quero dizer outra coisa. Eu não imagino que alguém possa ficar contente em caminhar em direção à cadeia, à masmorra, não imagino isso. Com nutricionista, com o que for, não imagino isso. Penso até que se fosse assim, nós teríamos penas maiores para crimes que causem maior dano, maior prejuízo ao patrimônio público, do que os que não causem prejuízo, tão grande assim é o patrimônio público.

Querem ver? Nosso sistema penal estabelece que a pena para o crime de furto qualificado pelo rompimento do obstáculo, por exemplo arrombar um carro para retirar o CD e levá-lo, é de 2 a 8 anos. Para o parcelamento irregular do solo, que viola na verdade, a saúde, a identidade até de quem ainda não nasceu, é um crime contra o Distrito Federal todo, a pena é de 6 meses a 2 anos. Então há essa absoluta incompatibilidade, desproporcionalidade de penas.

Os crimes habitualmente praticados por egressos das classes mais abastadas têm penas menores e são mais difíceis de serem provados, por isso sempre prescrevem; enquanto aqueles crimes habitualmente praticados — nem sempre — por egressos de classes menos abastadas têm provas mais simples de serem feitas e penas maiores, por isso levam-nos à cadeia.

De maneira que a minha impressão é a de que teríamos que fazer uma grande reflexão para nos dirigirmos a uma reforma seja proporcional, real, seja para compreender que mata muito mais quem, roubando do erário, mata 45 crianças por dia, às vezes antes de completar 1 ano, porque tira o dinheiro que iria para creches, para a educação, para a saúde. Esse, muitas vezes, é convidado para paraninfo da turma porque paga a festa nas faculdades.

Na minha modesta avaliação, no nosso sistema penal, talvez o grande equívoco seja essa visão de proporcionalidade, porque, se fizessem como apregoava Hainá Frank, ainda no primeiro decênio do século XX, eu já disse aqui, se pudéssemos dar a oportunidade de acertar a todos a quem cobramos pelo erro, aí, sim, teríamos uma sociedade mais justa e um ordenamento melhor aplicável.

É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu ia indagar de V.Exa. se já estava no fim da sua intervenção, mas V.Exa. já concluiu.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não falo bonito igual ao Deputado Chico Leite, como Deputada – S.Exa. fala com muita propriedade –, mas o que eu queria dizer é que na hora em que eu cheguei, o Deputado Geraldo Naves estava falando sobre o que a imprensa faz com a gente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Deputado Chico Leite, eu fiquei até feliz quando vi que eles fizeram isso com V.Exa. também, porque pensei que só faziam com a gente. E aí, eu pensei: "O negócio ali é atirar, e saem atirando mesmo". Na terça-feira, cheguei aqui e fiquei contrariada. Não estou querendo dizer que, se apareceram números na frente de alguém, significa que recebeu ou deixou de receber. Muito pelo contrário, eu acho que isso não tem nada a ver, mas na frente do meu nome não tinha número nenhum e a imprensa só colocou o meu nome. E isso tem endereço; endereço, não, tem sobrenome. Chama-se: "Queriam atacar Roriz".

Eu já estou entrando com um processo por danos morais contra dois jornais nesta cidade, porque acho que só assim a gente se faz respeitar. Isso é uma falta de responsabilidade, porque, uma vez que você rasga um papel e o joga ao vento, tente resgatar todos os pedaços de papel para ver se você consegue colocá-los de volta. Não consegue! Eu tive que dar explicações sobre uma coisa que não fiz, e depois ainda fui chamada de grossa, porque um jornalista me perguntou quanto que eu tinha pegado e fui muito estúpida com ele. Eu queria saber se, caso ele fosse acusado de estar roubando, ele teria sido delicado. Acho que qualquer pessoa inocente que é acusada de estar roubando é grossa e sem educação.

Portanto, esse é o meu desabafo, e fico feliz porque não é só para o nosso lado que isso acontece. Obrigada.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – É só um complemento, Sr. Presidente. Eu estou intrigado porque apareceu aí na frente uma lista, e o pior, Deputada Jaqueline Roriz, é que nessa lista apareceram números, e se V.Exa. se recordar, há pouco tempo V.Exa. teve o mesmo problema. V.Exa., o Deputado Raimundo Ribeiro, eu também tive, quando ligaram para mim e disseram: "Olha, apareceu um documento na casa do Deputado Leonardo Prudente, que foi encontrado pela Polícia Federal, e na frente do seu nome está dizendo que você tinha 8 mil, e não sei quanto que você recebia". Aí, eu falei: "Mas eu recebia?" "É". "E quem mais está aí?" "Está a Deputada Jaqueline, está o Deputado Raimundo". Eu falei: "Qual é o número deles, o número real?" Aí ele falou: "O número do Deputado Raimundo era 8.300, o do senhor era 8.672". Eu falei: "O Deputado Raad, por acaso, é 9.400?" Ele falou: "É". Eu falei: "Eu acho que esses aí são os números de votos que nós tivemos". Então, havia uma lista onde tinha o número de votos que V.Exa. recebeu na última eleição, que eu recebi, que outro recebeu. Aquilo vazou para a imprensa como se fosse dinheiro que a gente estava recebendo.

Então, aparece uma lista que mais me parece pesquisa, porque bate com os números que hoje vêm acontecendo. Se pegarmos as pesquisas que temos aí, parece-me que a Deputada Eliana Pedrosa está lá com dois. Em todas as pesquisas, isso bate. Eu não estou entendendo de onde surgiu essa lista. De que forma é,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

quando foi, qual a data, quem? "Ah, encontrei na Casa." Sim, mas houve pesquisa naquela época? Porque se é dinheiro, meu filho, eu não peguei dinheiro. Agora, se é 1.6, vale quanto? Um real e 60 centavos? Cento e não sei quanto, um milhão e tanto? Então, fica a dúvida. Aí vem da irresponsabilidade daquele...

O delegado ainda afirma na nota que eu vi que não se pode atribuir nenhum tipo de crime a essas anotações isoladas, pelo menos entendi isso. Agora, daí julgar, jogar para imprensa? E quem está lendo? Como é que fica? "Aqui, olha, apareceu fulano; aqui, olha, apareceu sicrano". Gente, lutamos com muita dificuldade, com muita dificuldade! E essa luta é no dia a dia.

Agora, eu simplesmente digo, e falei aqui, estou optando hoje em dia pelo silêncio, falem o que quiserem. Estou optando pelo silêncio, pois acho que é a melhor coisa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO WILSON LIMA – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Eu o acompanho, Deputado Geraldo Naves, eu o acompanho. Até porque há muitas coisas que não devem ser ditas, como mentiras.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apenas registrar, pois até já foi falado antes de mim, a presença nesta Casa do Presidente Regional do meu partido, Ezequiel Nascimento, que veio para entregar a V.Exa. uma representação, uma moção, um requerimento que depois ele entregará em suas mãos, como Presidente desta Casa, protocolando.

Era apenas para registrar e saudar a presença do Ezequiel.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Aliás, eu fui até indelicado não o saudando. Um forte abraço, Ezequiel!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Indago aos Deputados se gostariam de fazer uso da palavra nos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE DEPUTADO WILSON LIMA – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não sou Líder, mas eu gostaria de levantar uma questão. Nós estamos vindo aqui três vezes por semana, e não há *quorum*. O companheiro vem, assina e retira-se. Mas temos matérias importantes para serem votadas.

Eu gostaria de solicitar a V.Exa. que nos reuníssemos uma vez na semana próxima, que fizéssemos um mutirão, nem que ficássemos aqui até a noite, mas vamos votar essas matérias que estão em pauta. Isso precisa ser votado. Há algo muito importante que a sociedade espera da nossa parte. Por isso, talvez, quando foi dito que viríamos uma vez na semana, a imprensa bateu muito, nós corremos e achamos que deveríamos vir três vezes por semana. Seria muito mais produtivo nos reunirmos uma vez por semana e votarmos as matérias que estão em pauta do que virmos três vezes, discutirmos aqui, fazermos discurso e não votarmos nada.

Fica o meu apelo: que V.Exa. faça junto com a Mesa essa reflexão e possamos, na próxima semana, um dia, fazer um mutirão e limpar essa pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Terça-feira, Deputado; vamos fazer de tudo para que na terça-feira possamos apreciar. Inclusive, há matérias que são para pagamento de pessoal. Olha a nossa responsabilidade a que ponto chega!

Na terça-feira há Comissão Geral na Casa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Então passa para quarta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Vamos fazer na quarta-feira. Aprovamos uma Comissão Geral para terça-feira. Se os Deputados concordarem, votamos os créditos que temos de votar na terça-feira e depois fazemos a Comissão Geral. Caso contrário, fica na terça-feira a Comissão Geral, e na quarta-feira fazemos a sessão. Farei uma conferência com todos os Deputados para fazer esse apelo para quarta-feira.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Algum Deputado gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa.)

Não havendo quem queira falar, encerro os Comunicados de Parlamentares e solicito ao Sr. Secretário que proceda à verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	14



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGUINALDO DE JESUS - PRB		X	
ALÍRIO NETO - PPS	X		
AYLTON GOMES - PR		X	
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X	
BENEDITO DOMINGOS - PP	X		
BENÍCIO TAVARES - PMDB		X	
CABO PATRÍCIO - PT		X	
CHICO LEITE - PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X	
DOUTOR CHARLES - PTB		X	
ELIANA PEDROSA - DEM	X		
ÉRIKA KOKAY - PT		X	
GERALDO NAVES - DEM	X		
JAQUELINE RORIZ - PMN	X		
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO RORIZ - DEM		X	
PAULO TADEU - PT	X		
RAAD MASSOUH - DEM	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB		X	
REGUFFE - PDT	X		
ROBERTO LUCENA - PR		X	
ROGÉRIO ULYSSES		X	
RÔNEY NEMER - PMDB	X		
WILSON LIMA - PR	X		
TOTAL	12	12	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 08 2010	15h25min	70ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 12 Deputados.

Em razão da aprovação do Requerimento 2.108, de 2010, de autoria de vários Deputados, a sessão ordinária de 31 de agosto de 2010, terça-feira, será transformada em Comissão Geral com o objetivo de debater a regularização fundiária da Associação Pró-Educação Vivendo e Aprendendo. Em consequência, não será distribuída Ordem do Dia, sendo a mesma disponibilizada na intranet e no portal da Câmara Legislativa.

Agradeço a presença e a colaboração de todos para conduzir esta sessão.

Não há *quorum* regimental. Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h14min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa*
nº 167-Suplemento, de 14/9/2010.